



Índice

- 01 MPF/MA quer garantir atendimento básico de saúde aos indígenas kreniês
- 02 Comissão da Amazônia discute entrada do oxi nas aldeias indígenas
- 03 Assembléia Geral da OEA recebe denúncia sobre Belo Monte
- 04 Yvy Akañiré – Terra Sagrada Panambizinho
- 05 Aripuanã: Etnia Arara realizará o 1º Seminário da Educação Indígena Estadual
- 06 Funai vai identificar terra indígena em Dourados
- 07 Promotores terão um manual para driblar novo Código Florestal
- 08 Líder ianomâmi diz que fuga de piloto pode ter sido "jogada" de lideranças indígenas no Amazonas
- 09 Intercâmbio de conhecimento enriquece pesquisadores e comunidades na Amazônia
- 10 ONU e FCPF lançam documento sobre participação de comunidades florestais no REDD+
- 11 "Não haverá negociação com desmatamento", diz Dilma sobre novo Código Florestal
- 12 Marina Silva quer coletar 1 milhão de assinaturas para barrar Código Florestal
- 13 Câmara Criminal considera ilegal prisão preventiva de índios
- 14 Governo cria comitê nacional de organização e assessoria para a Rio + 20
- 15 João Pedro elogia programa Brasil Sem Miséria
- 16 Terras de quilombolas são regularizadas
- 17 Empresa multada em R\$ 15 mi por derrame de óleo



MPF/MA quer garantir atendimento básico de saúde aos indígenas kreniês

SÍTIO NOTÍCIAS MPF, 07.06.2011

Expulsos de suas terras, kreniês vivem desaldeados e desassistidos pelo poder público na periferia de Barra do Corda

O Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA), por meio da recomendação, pediu à Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde que reconheça e garanta o atendimento básico de saúde aos indígenas kreniês, que residiam na terra indígena Rodeador, na aldeia Pedra Branca.

Segundo denúncia apresentada no MPF/MA por representantes dos kreniês, existe uma situação de conflito com os guajajaras. Originários da região de Bacabal (MA), os kreniês nunca tiveram suas terras demarcadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), passando, transitoriamente, por várias terras indígenas tais como Pindaré, Governador, Rodeador, Geralda Toco Preto e, por fim, nas terras dos Guajajaras, no município de Barra do Corda (MA).

Entretanto, houve um grave conflito entre as duas etnias, com diversas investidas por parte dos guajajaras para expulsá-los de sua terra. A situação culminou em incêndio da aldeia dos kreniês, que tiveram suas casas completamente queimadas e foram forçados a migrar para a periferia de Barra do Corda, onde estão vivendo desde o ano de 2009.

O procedimento de demarcação em curso na Funai, iniciado recentemente para garantir as terras aos kreniês, confirmou a saída involuntária da Terra Indígena Rodeador. Segundo informação técnica, eles foram "expulsos de sua aldeia, sem poder carregar nem mesmo as redes de dormir, instalando-se na periferia de Barra do Corda, onde vivem em situação de extrema vulnerabilidade".

Saúde - Além disso, de acordo com as declarações dos denunciante, o Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão (DSEI/MA), órgão do Ministério da Saúde, não está prestando assistência à saúde básica aos Kreniê. O Distrito alega que os indígenas não estão mais aldeados, frisando que o órgão só garante assistência àqueles que residem em terras demarcadas pelo poder público.

Em resposta, a Funai no Maranhão advertiu o órgão, relatando que os "indígenas Kreniê encontram-se devidamente adequados a essa condição, uma vez que eles são reconhecidos pela Funai como indígenas aptos para o pleno gozo dos direitos constitucionais".

Em virtude dos fatos, o MPF/MA recomendou à Secretária de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, que preste efetiva assistência à saúde dos indígenas, quer eles estejam residindo em aldeias ou não, assegurando-lhes acesso a todas as ações pertinentes ao Subsistema de Atenção à Saúde do Índio.

CONT.



O MPF/MA também quer que sejam desconsiderados quaisquer pareceres técnicos e orientações jurídico-administrativas que desaprovem o atendimento básico de saúde a índios desaldeados, e que o DSEI/MA mantenha contato com a Funai no Maranhão, a fim de esclarecer dúvidas acerca da situação dos indígenas kreniês, fixando ainda prazo de 30 dias para o atendimento da recomendação.

Demarcação - O MPF também acompanha a demarcação das terras que serão destinadas aos kreniês. O trabalho da Funai somente se iniciou após uma recomendação anterior da Procuradoria da República no Maranhão. Mas, apesar de a Funai ter determinado a constituição de um grupo de trabalho para averiguar a possibilidade de demarcação para os indígenas, eles permanecem vivendo na periferia de Barra do Corda, em condições precárias.

O MPF aguarda resposta da presidência da Funai sobre a situação. E, caso essa resposta se mostre insuficiente, poderá ser ajuizada uma ação civil pública, para garantir o direito dos indígenas.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República no Maranhão
Tel.: (98) 3213-7137
E-mail: ascom@prma.mpf.gov.br



Boletim de Notícias - Edição nº 097 / 2011

Brasília, 08 de junho de 2011.

Comissão da Amazônia discute entrada do oxi nas aldeias indígenas

SÍTIO AMAZONIA, 07.06.2011

Local: Brasília - DF

Fonte: Agência Brasil - EBC

Link: <http://www.agenciabrasil.gov.br/>

Iolando Lourenço

A entrada e o consumo do oxi – droga ainda mais tóxica que o crack - nas aldeias indígenas localizadas na fronteira com o Peru, a Bolívia e Colômbia será debatida hoje (7), a partir das 14 horas, em audiência pública na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional. O debate foi proposto pelo deputado Padre Ton (PT-RO). Segundo ele, a audiência será uma oportunidade para ouvir autoridades do governo federal sobre a situação e buscar alternativas para o problema.

Devem participar dos debates o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira; o secretário especial de Saúde Indígena, Antônio Alves de Souza; a secretária nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, Paulina Duarte, e o coordenador-geral de Polícia de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal, Oislan Campos Santana.

Para o deputado Padre Ton, o consumo de drogas é um problema de saúde pública. Ele quer saber das autoridades o que está sendo feito em matéria de saúde para a população indígena. "O avanço das drogas é um dos piores flagelos da atualidade. Famílias são dilaceradas e indivíduos impedidos de sonhar com uma vida digna", disse o parlamentar.

Edição: Aécio Amado



Assembléia Geral da OEA recebe denúncia sobre Belo Monte

SÍTIO CIMI, 07.06.2011

Organizações de 10 países latinoamericanos apresentaram neste domingo, 5, um documento aos países-membros e aos participantes da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) que denuncia as violações do projeto de Belo Monte e a decisão do Brasil de desrespeitar as recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

No documento, entidades do Brasil, Honduras, Mexico, Colombia, El Salvador, Peru, Nicaragua, Equador, Venezuela e Guatemala, que fazem parte do coletivo de ONGs que acompanham o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, solicitam que, "para garantir a efetiva proteção dos direitos humanos, a Assembléia Geral exorte o Estado brasileiro a cumprir as medidas cautelares ordenadas pela CIDH e demonstre respeito pela Convenção Americana de Direitos Humanos e pela institucionalidade da OEA".

Em reunião específica da OEA com entidades da sociedade civil, as organizações de Direitos Humanos reforçaram as denúncias para o secretário geral da Organização, José Miguel Insulza, que tem questionado o caráter vinculante das medidas cautelares. De acordo com as entidades, "as medidas cautelares são obrigatórias e derivam dos poderes implícitos da CIDH, reafirmados na prática do órgão e dos Estados receptores, plasmados em seu Estatuto e seus sucessivos regulamentos".

"O Brasil tomou uma atitude drástica, do ponto de vista do direito internacional, ao responder com desdém às recomendações da CIDH, ignorar a medida cautelar e conceder a Licença Ambiental para Belo Monte a despeito de todas os problemas sociais, ambientais e de direitos humanos", afirma Andressa Caldas, diretora da Justiça Global. "Várias organizações da America Latina repudiaram esta postura do governo brasileiro, que é extremamente prejudicial não apenas para o país e para as comunidades afetadas por Belo Monte, mas também para a OEA.", completou.

ACP

Nesta segunda, 6, o Ministério Público Federal no Pará ajuizou a 11ª Ação Civil Pública contra o projeto de Belo Monte. De acordo com os procuradores, o Ibama concedeu a Licença de Instalação da usina sem que 60% das condicionantes do próprio órgão tivessem sido cumpridas.

Para ler o documento na íntegra, clique em [Documento para a Assembléia Geral da OEA](#).

Fonte: Xingu Vivo

Yvy Akañiré – Terra Sagrada Panambizinho

SÍTIO CIMI, 07.06.2011

Por Egon Heck

Por ocasião da audiência pública e do seminário realizado por iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a demarcação das terras indígenas Kaiowá Guarani, o exemplo mais utilizado para dizer que os índios não precisavam e nem queriam mais terra, foi a Terra Indígena Panambizinho, no município de Dourados. “Vejam essa terra, da melhor qualidade, outrora rico celeiro de alimentos, agora transformada em quiçaça (capoeira, tomada de colônia e broquearia)”, adornou o governador Puccineli.



Por ironia do destino e cinismo da história, enquanto isso era dito, um grupo de lideranças e jovens da aldeia estavam coletando sementes e mudas de árvores nativas na área de Pirakuá, para levar adiante um projeto de reflorestamento da terra devastada do Panambizinho. Foram mil e duzentos hectares demarcados para os índios, dos quais restavam apenas 11 hectares de mata, ou seja, menos de 1% de floresta nativa.

Até os três córregos e nascentes existentes nessa terra tiveram suas matas ciliares derrubadas. Sem nenhuma proteção, estes foram sendo contaminados pelo veneno e mesmo diminuindo consideravelmente seu volume de água. Essa é forma de ação exemplar exaltada pelas autoridades e abençoada pelo modelo de produção implantado.

No editorial do jornal O Progresso estava estampado o pensamento da elite do agronegócio “A tese que os índios precisam de mais terra é facilmente derrubada pelo exemplo clássico da Aldeia Panambizinho, em Dourados. Durante décadas os índios, com apoio de autoridades municipais, estaduais e federais, brigaram por 1.100 hectares que eram ocupados legalmente pelos colonos do Distrito Panambi, todos assentados legalmente na área dentro do primeiro programa de reforma agrária realizado no Brasil, em 1950, pelo então presidente Getúlio Vargas”.

O líder Valdomiro, ao ser indagado sobre a vida hoje no Panambizinho desabafou: “Hoje estamos felizes com a terra, mas muito tristes porque até as descargas do presídio caem dentro do rio, do qual usamos a água. O que os colonos nos deixaram é “osso puro”. Não temos nem lenha e não cobramos nada. Ainda pagaram muito para eles. Hoje não temos as frutas porque os colonos furaram a raiz das plantas, colocaram veneno e mataram. O governo pagou para eles, então eles não podiam deixar tudo estragado”.

CONT.

Trazer a mata e a vida de volta



É neste contexto, que no dia da audiência pública e do seminário promovido pelo CNJ, a escola e as famílias desta terra indígena realizaram um esforço concreto, desenvolvendo um processo lento de reflorestamento e produção de alimentos. Através do projeto Yvy Akaniré, que significa terra sagrada, membros do Cimi e ex- membros do Ará Verá, estão há oito meses fazendo uma caminhada com a comunidade. Foram realizadas inúmeras conversas, reuniões, intercâmbios com a comunidade de Tey Ikue (Caarapó) e busca de sementes e mudas de árvores nativas na aldeia de Pirakuá, na fronteira com o Paraguai, onde existem ainda mais de mil hectares de mata.

Enquanto esse esforço acontece, numa terra já demarcada, outras em processo de regularização continuam sendo agredidas conforme inúmeras denúncias das comunidades indígenas de Nhanderu Marangatu e Jatawari.

Mais árvores e menos cinismo

Árvores nossas de cada dia
Que a vida que vos anima
Nos ensine a respeitá-las
Assim como queremos
Ser respeitados e amados!

Que vossas vidas nos ensinem
Que nossas vidas dependem das vossas
E que os espíritos das florestas,
Sobreviventes travem a batalha
Em pé, apesar dos códigos
De ironia e do cinismo,
Que autorizam mais destruição!

Que se calem os dentes afiados,
Das moto-serras e dos machados,
Manchados com vossa seiva sagrada!

CONT.



Malditas multinacionais da madeira,
Que continuem a vos pregar
Na cruz das gordas contas bancárias,
E vos consideram simples
Objetos de ganância!

Maldita mentalidade,
Que considera, que em pé,
Irmados, formando florestas,
Vós sois sinal de atraso,
Estorvo para o progresso,
E não ninho de vida,
Mercado de alimentos
E remédios, sombra,
Espaço de vida abundante!

Dáí-nos hoje, em vosso dia,
O bom senso,
Do caminho do retorno,
De mais árvores plantadas,
Cuidadas e respeitadas!
Amém.

Fonte: Cimi Regional MS

Aripuanã: Etnia Arara realizará o 1º Seminário da Educação Indígena Estadual
SÍTIO TOP NEWS, 07.06.2011



Cerca de 130 índios das 14 etnias de Mato Grosso receberão entre os dias 16 e 22 de junho, o primeiro Seminário da Educação Indígena Estadual, evento esse que será realizado na Aldeia Volta Grande da etnia Arara do Rio Branco. Os participantes receberão certificados do seminário indígena.

Este seminário visa valorizar a identidade dos povos indígenas mato-grossenses em suas aldeias.

A abertura da cerimônia, será marcada por várias apresentações culturais. Também estará presente o representante de educação Raihoo, além de lideranças políticas estaduais (Casa Civil) e Municipais.



De acordo com o representante da Etnia Arara Angelton Souza da Silva Arara: "O Seminário abordará necessidades de preservação cultural, através da publicação que retratará a história e os costumes de cada povo".

Funai vai identificar terra indígena em Dourados

SÍTIO A TRIBUNA NEWS, 07.06.2011



Foto: Cesar Firmino

A Fundação Nacional do Índio (Funai) de Brasília inicia nos próximos meses estudos para identificação de terras indígenas demarcadas em Dourados. Os trabalhos vão se concentrar na localização de marcos e placas no interior da Reserva, que limitavam a área da União de 3,6 mil hectares.

De acordo com informações do antropólogo da Funai de Dourados, Diógenes Cariaga, algumas dessas placas desapareceram com o tempo e através de resgate desses pontos será possível identificar se a área ocupada pertence ou não aos indígenas.

Posteriormente ao resultado do levantamento dos pontos, a Funai em Dourados pretende solicitar a presidência em Brasília para que se necessário realize uma perícia para diagnosticar a área. Os trabalhos de identificação dos marcos devem acontecer em dois meses.

Os indígenas das etnias Caiuás e Guaranis das aldeias Bororó e Jaguapiru deram início a ocupação de uma área de 26 hectares às margens do anel viário, nas imediações do residencial Monte Carlo e aos fundos da Aldeia Bororó em Dourados.

Desde o último dia 29, dezenas deles se mudaram para o local. Barracos de lona estão sendo montados aos poucos e a expectativa da comunidade é de reunir 120 famílias nos próximos dias.

De acordo com o cacique guarani Shatalim Graitto Benites, o grupo está pleiteando uma área total de 6 mil hectares. Algumas destas estão nas imediações de onde instalaram os barracos.

O grupo justifica a ocupação alegando que as terras são indígenas, já que os antepassados guaranis teriam residido no local. Eles citam o indígena guaraní Sapriano Gonçalves, avô de uma das lideranças. "Ele era dono destas terras. Arrendou para um branco plantar, que por sua vez vendeu as terras, sem que fossem dele", explica.

Fonte: douradosagora



Promotores terão um manual para driblar novo Código Florestal

SÍTIO POVOS INDÍGENAS, 07.06.2011

Fonte: FSP, Ciência, p. C11
Venceslau Borlina Filho
De Ribeirão Preto

Ministério Público dará orientações sobre como defender o ambiente diante da nova lei

O Ministério Público do Estado de São Paulo, antecipando-se à aprovação pelo Senado do novo Código Florestal nos termos atuais, decidiu montar um manual para atuação dos promotores na defesa do meio ambiente.

Até 8 de agosto, os promotores do Estado receberão orientações sobre ações que poderão ser ajuizadas diante da nova legislação, além da atuação em inquéritos, ajustamentos de conduta e inconstitucionalidades.

Um grupo de estudos formado por promotores do Gaema (Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente) foi criado para, em 60 dias, apresentar as normativas que integrarão o manual. No Estado há sete Gaemas.

"Nosso objetivo é garantir uma atuação integrada e no mesmo sentido das Promotorias, que é proteger a sociedade e o meio ambiente", disse a promotora e secretária-executiva do Gaema, Cristina Godoy de Araújo Freitas.

Uma das possibilidades já estudadas no grupo são ações questionando a inconstitucionalidade por retrocesso legislativo. Seriam questionamentos considerando a Constituição Federal e a preservação do meio ambiente.

Em um dos casos, a ação poderia questionar a redução de 30 metros para 15 metros da conservação de APP (Área de Preservação Permanente). "Até 8 de agosto teremos os resultados para todos os promotores", disse Cristina.

O promotor de Meio Ambiente de Barueri, Marcos Mendes Lyra, afirmou que vai adotar a estratégia devido ao avanço das construções sobre as APPs. "Vamos tentar manter em 30 metros."



Líder ianomâmi diz que fuga de piloto pode ter sido "jogada" de lideranças indígenas no Amazonas

SÍTIO UOL, 07.06.2011

Emily Ribeiro
Especial para o UOL Notícias
Em Manaus

O secretário de conselho distrital de saúde Ianomâmi e Ye'kuana, Anselmo Xiropino Yanomami, disse ao UOL Notícias nesta terça-feira (07), por telefone, que a fuga do piloto Tarso Souza, preso havia oito dias sob o domínio de índios ianomâmis na aldeia indígena Watorik, extremo norte do Amazonas, pode ter sido uma "jogada política" entre o Ministério da Saúde e algumas lideranças indígenas.

"Estamos conversando com outros índios da aldeia e de tribos vizinhas para esclarecer a fuga", disse Anselmo. O piloto Tarso Souza comandava a aeronave de prefixo PT-OND, modelo 206, da empresa Roraima Táxi Aéreo, e conseguiu fugir na madrugada desta terça-feira (7).

A prisão ocorreu como forma de os índios pressionarem o Ministério da Saúde contra a nomeação de Andréia Maia Oliveira para a coordenação do Distrito Sanitário Ianomâmi e Ye'kuana (DSEI-Y). Os indígenas pedem a permanência de Joana Claudete. Segundo o secretário de conselho distrital de saúde Yanomami e Ye'kuana, Anselmo Xiropino Yanomami, o lideranças federais são contra a permanência de Joana.

Anselmo afirmou que os ataques vão continuar a toda aeronave que for levar alimentação para os funcionários do Ministério da Saúde ou que tenha como objetivo efetuar troca das equipes de saúde que trabalham no local. Ele informou que os voos que enviam medicamentos e assistência médica para os índios não serão envolvidos no protesto.

"Conversamos com outras comunidades e todas elas deram a palavra que o protesto vai continuar apenas para os voos que forem para trocar as equipe ou trazer alimentos para o homem branco", afirmou Anselmo.

No mês passado, os ianomâmis retiveram, por cerca de 30 horas, outra aeronave da mesma empresa, na aldeia Hatiú, em Roraima. Os aviões são usados para levar medicamentos e auxílio sanitário até as aldeias.

O coordenador da Roraima Táxi Aéreo, Rosivan Dias, informou que a proprietária da empresa, Andrea Mesquita, vai se reunir ainda na tarde desta terça-feira, com sua assessoria jurídica para tratar das ameaças de detenção de outros voos e sobre a manutenção do contrato firmado com a Funasa. O funcionário disse ainda que tem informações de que o piloto Tarso Souza passa bem e deve comparecer à empresa nesta quarta-feira (8).

CONT.



A assessoria de comunicação da Funasa em Roraima informou que o presidente do órgão, Marcelo Lima, viajou na última segunda-feira (6) a Brasília para tratar desse problema, está com o telefone desligado e deve retornar à cidade com uma solução para o caso na próxima semana. No entanto, todos os voos com destino a terras Yanomamis e Ye'kuana permanecem suspensos.

A assessoria informou que obteve informações mais diretas por parte do piloto, que disse ter conseguido fugir graças à distração dos índios. Ele ainda teve que tirar uma barreira de pedras e madeiras da pista, para conseguir decolar.



Boletim de Notícias - Edição nº 097 / 2011

Brasília, 08 de junho de 2011.

Intercâmbio de conhecimento enriquece pesquisadores e comunidades na Amazônia SÍTIO AMAZONIA, 07.06.2011

Local: São Paulo - SP

Fonte: Amazonia.org.br

Link: <http://www.amazonia.org.br>

Maria Carolina Gonçalves

Colaboração para o Amazonia.org.br

Em 2010, tiveram início as atividades do grupo de pesquisas Amazônia em Transformação: História e Perspectivas, do IEA (Instituto de Estudos Avançados) da USP. Coordenado pela professora Maritta Koch-Weser, o objetivo é não somente estudar, mas também divulgar o conhecimento sobre a Amazônia e reunir informações que possam se tornar referência.

"Como toda atividade dentro da universidade, [o grupo] é muito restrito à disponibilidade de recursos", afirma o professor Warwick Manfrinato, pesquisador associado do IEA. Ele comenta que hoje há falta de material disponível sobre a Amazônia para pessoas interessadas e até mesmo para os pesquisadores.

Dessa forma, surgiu o grupo, que procurou estabelecer uma rede entre instituições relacionadas, como o Instituto Socioambiental (ISA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Museu Paraense Emílio Goeldi, além de diversos departamentos da USP.

No ano passado, houve um evento sobre águas no IEA, que reuniu membros da Agência Nacional de Águas, da ANP (Agência Nacional de Petróleo) e de outros institutos. Segundo Manfrinato, a importância de encontros desse porte é trazer à tona um arsenal de informações que não são acessíveis. Este ano, o enfoque tem sido sobre dois temas : água e desenvolvimento sustentável.

Intercâmbios

O professor lembra que o protagonismo da USP em questões amazônicas é passado. "De fato, na década de 70, até começo da década de 80, a Universidade de São Paulo, assim como as outras universidades do sul, tiveram um papel muito importante ao levar ciência para a Amazônia. E hoje isso não é mais realidade, a ciência gerada e produzida na Amazônia já é de altíssimo nível. Ela, por si, já tem os seus relacionamentos internacionais, as suas fontes de pesquisadores locais muito importantes", diz Manfrinato. Ele lembra, entretanto, que ainda existe muita pesquisa da USP e de instituições paulistas, como as financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Atualmente, escolas e universidades amazônicas promovem o desenvolvimento na região. A Escola Agrotécnica Federal de Manaus, por exemplo, seleciona alunos de diversas comunidades da Amazônia. Com sistema de internato, e o que Manfrinato chama de pedagogia de

CONT.



alternância (os estudantes ficam um mês na escola e em casa no mês seguinte), o colégio técnico tem dado oportunidades de estudo e ascensão profissional. O professor conta que alguns alunos chegam a ocupar altos cargos na política.

O intercâmbio de conhecimentos entre produção amazônica e a de outras regiões, no que se refere à pesquisa, só traz benefícios para ambas as partes. Exemplo disso é o estudo da cultura indígena. Os povos indígenas oferecem um rico material para os pesquisadores, como foi o caso da professora Betty Mindlin, que aprofundou sua pesquisa na cultura musical de diversas tribos. Por outro lado, os pesquisadores têm fornecido aos indígenas um retorno e oportunidade de aprofundarem informações das quais eles, até então, possuíam pouco conhecimento. Isso permite, para os índios, maiores oportunidades de decisão.

Maria Carolina Gonçalves é estudante de jornalismo da Universidade de São Paulo



Boletim de Notícias - Edição nº 097 / 2011

Brasília, 08 de junho de 2011.

ONU e FCPF lançam documento sobre participação de comunidades florestais no REDD+

SÍTIO AMAZONIA, 07.06.2011

Local: Florianópolis - SC

Fonte: Carbono Brasil

Link: <http://www.carbonobrasil.com/>

O Programa da ONU de redução de emissões de desmatamento e degradação florestal (ONU-REDD) e a Parceria de Carbono e Florestal (FCPF em inglês) publicaram um relatório com objetivo de conciliar os procedimentos e textos de orientação do Programa ONU-REDD e da FCPF, nos países em que os programas são desenvolvidos.

O documento, intitulado [Diretrizes conjuntas sobre o envolvimento das partes relevantes na preparação para REDD+](#), apresenta as principais diretrizes operativas do Programa ONU-REDD e a orientação do FCPF sobre a Consulta Nacional e Participação em REDD, enfocando a participação de povos indígenas e comunidades dependentes das florestas.

No relatório são definidos os princípios para uma participação e consulta efetiva, as diretrizes operativas e as diretrizes práticas sobre como planificar e colocar em marcha as atividades de consulta. Segundo o documento, o REDD+ tem potencial de gerar diversos benefícios para as comunidades dependentes das florestas, mas deve ser levado a cabo de maneira apropriada, para não se colocarem em risco os meios de subsistência, a cultura e a biodiversidade.

“Para que os programas REDD+ tenham êxito em longo prazo, estes riscos devem ser identificados, reduzidos e mitigados, e os atores relevantes devem estar envolvidos nas etapas de formulação e implementação para garantir que os programas REDD+ respeitem os direitos dos povos indígenas e cumpram com as obrigações internacionais relevantes”, diz o texto.

A versão do documento com as diretrizes conciliadas está aberta a comentários do público até o dia 1º de julho. Sugestões e críticas devem ser mandadas para Haddy Sey da FCPF hsey@worldbank.org e Gaya Sriskanthan do Programa ONU-REDD. Gayathri.sriskanthan@undpaffiliates.org



"Não haverá negociação com desmatamento", diz Dilma sobre novo Código Florestal
SÍTIO UOL, 07.06.2011

Camila Campanerut
Do UOL Notícias
Em Brasília

Em meio à polêmica discussão da reforma do Código Florestal no Congresso Nacional, a presidente da República, Dilma Rousseff, reafirmou em discurso no Palácio do Planalto nesta terça-feira (07) que não haverá anistia aos desmatadores. "Não negociaremos e não tergiversaremos com a questão do desmatamento", disse a presidente, aplaudida de pé pelos presentes.

A afirmação foi feita durante a cerimônia de criação da Comissão Nacional e do Comitê Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) no Palácio do Planalto.

O recado foi dado para reforçar a imagem do Brasil defensor do meio ambiente no exterior e aos parlamentares que negociam a reforma do Código Florestal. "Nós iremos cumprir os compromissos que assumimos e não permitiremos que haja uma volta atrás na roda da história", afirmou a presidente em seu discurso.

Dilma reforçou o compromisso brasileiro de manter a posição de potência mundial na produção de alimentos que convive com o fato de também ser potência ambiental e utilizar fontes de energia renovável. O projeto de reforma do Código Florestal foi aprovado depois de dois anos de discussão na Câmara dos Deputados e agora é analisado no Senado.

Na Casa Revisora, o projeto passará por três comissões permanentes, a de Constituição e Justiça; a de Agricultura e a de Meio Ambiente. Nas duas últimas já foram definidos os relatores do projeto, que serão Luiz Henrique (PMDB-SC), ligado aos ruralistas, e Jorge Viana (PT-AC), ligado aos ambientalistas. Os dois já se comprometeram em fechar um texto que represente o "consenso" entre os dois grupos.

Segundo a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, a prorrogação do prazo do decreto continua sendo discutida no Planalto. Assinado pelo ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o decreto pune os proprietários rurais que desrespeitarem o atual Código Florestal e expira no próximo de 11 de junho.

Marina Silva quer coletar 1 milhão de assinaturas para barrar Código Florestal

SÍTIO A CRÍTICA, 07.06.2011

Pedro Peduzzi/Agência Brasil

Segundo a ex-ministra, o esforço de coletar 1 milhão de assinaturas contra o código e de organizar manifestações públicas será fundamental para dar respaldo àqueles que decidirão sobre a forma como o novo código será aprovado



Marina Silva (Foto: Ney Mendes)

A ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva lançou hoje (7), durante reunião do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, uma campanha que pretende coletar 1 milhão de assinaturas contrárias ao texto do novo Código Florestal, na forma como foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

“A mentalidade dos brasileiros é melhor do que a do Congresso que votou esse projeto. Devemos sair daqui para ir além da agenda de conversas com líderes, partidos e com a presidenta Dilma Rousseff, para cumprir a agenda Um Milhão contra a Devastação”, disse Marina.

Segundo a ex-ministra, o esforço de coletar 1 milhão de assinaturas contra o código e de organizar manifestações públicas será fundamental para dar respaldo àqueles que decidirão sobre a forma como o novo código será aprovado. “Tudo depende de uma sustentabilidade ética e política. Devemos fazer um esforço para dar sustentabilidade política aos senadores para que mudem o projeto. E se não der, vamos dar sustentabilidade política para que a presidenta Dilma o vete”, enfatizou Marina.

A atriz Christiane Torloni, que representa o Movimento Amazônia para Sempre, lembrou da época da campanha Diretas Já, pela redemocratização do país, movimento do qual participou. “Na época, conseguimos colocar mais de 1 milhão de pessoas nas ruas. Acho isso perfeitamente viável, para convencer aqueles que têm de ser convencidos e de constranger aqueles que têm de ser constrangidos”, disse a atriz.

“Estamos em algo semelhante ao movimento Diretas Já porque trata-se de decidir o que fazer com a democracia. Temos de avançar e não retroceder nas conquistas que já tivemos”, avaliou Marina Silva. Ela ressaltou que o Código Florestal não trata de uma questão puramente

CONT.



ambiental. "É o encontro da economia com ecologia", disse a ex-ministra pouco antes de classificar a Semana do Meio Ambiente como "uma das mais tristes da história".

Ela reiterou as críticas à violência contra lideranças rurais que há tempos é praticada na Região Norte. "Essas pessoas morreram em nome dessa legislação que corre o risco de ser revogada [caso o Senado aprove o Código Florestal assim como passou na Câmara]. [Se aprovado o projeto] acabaremos com a base legal que defende as populações. As pessoas estavam vulneráveis, mas pelo menos a lei estava do lado delas", argumentou a ex ministra.

Integraram o Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), a Associação Brasileira de Imprensa e a SOS Amazônia.



Câmara Criminal considera ilegal prisão preventiva de índios

SÍTIO JORNAL PEQUENO, 07.06.2011

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concedeu nesta terça-feira, 7, liberdade a sete índios da reserva Cana Brava, que estavam presos no Centro de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) do Anil, desde novembro de 2010, acusados de roubo a transeuntes e caminhoneiros na BR 226, localizada dentro da reserva Guajajara.

A decisão dos desembargadores foi unânime ao conceder o relaxamento da prisão preventiva dos índios, solicitada por meio de habeas corpus libertatório, sob alegação de excesso de prazo.

A prisão foi decretada pelo juiz da 2ª Vara da Comarca de Barra do Corda, cuja determinação se fundamentou na garantia da ordem pública e na aplicação da lei penal.

O defensor público argumentou, na defesa dos índios, que os presos estavam submetidos a constrangimento ilegal, diante da manutenção do cárcere sem qualquer informação sobre o encerramento do inquérito policial, além de estarem ausentes os requisitos da prisão preventiva.

Voto - O relator do processo, desembargador José Luiz Almeida, enfatizou não haver dúvidas de providências como as aplicadas pelo juiz de 1º Grau, por se tratar de vários crimes na mesma localidade, envolvendo vários autores e vítimas com emprego de violência. Porém, por se tratar de réu preso, a conclusão do inquérito policial, via de regra, deveria obedecer o período de 10 dias estipulado pela norma, sob pena de incorrer em excesso de prazo e submeter o indiciado a constrangimento ilegal.

O desembargador afirma, ainda, na sua decisão, que há de se reconhecer o excesso de prazo, a considerar o transcurso de tempo desde a prisão em 26 de novembro de 2010 até a presente data - junho de 2011 -, sem que se tenha previsão da conclusão do inquérito.

Acompanharam o relator, os desembargadores Benedito Belo e Raimundo Melo

(Ascom/TJMA)



Governo cria comitê nacional de organização e assessoria para a Rio + 20
SÍTIO SOCIOAMBIENTAL, 07.06.2011

O Brasil se prepara para sediar mais uma vez uma Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. Vinte anos depois da Rio 92, a Organização das Nações Unidas agendou novo encontro com o objetivo de revisitar os compromissos assumidos pelos países presentes à Cúpula da Terra. País quer valorizar o que fez nessas duas décadas.

A resolução para a realização da Rio+ 20 foi aprovada em dezembro de 2009. Na ocasião foram anunciados como temas principais da Conferência economia verde e governança para a sustentabilidade. No Brasil há expectativa por parte da sociedade civil de que a realização do evento funcione como um gatilho para fazer o país avançar em políticas socioambientais, em especial diante das recentes ameaças de retrocesso na legislação ambiental.

O discurso oficial, entretanto, está mais focado em valorizar o que o País já fez nesses 20 anos. Nessa terça-feira, o governo brasileiro criou uma Comissão Nacional, co-presidida pelos ministros do Meio Ambiente e das Relações Exteriores, para promover a interlocução entre os órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e da sociedade civil para articular a participação do Brasil na conferência da ONU.

Além disso, foi criado um Comitê Nacional de Organização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável e uma Assessoria Extraordinária, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, para a conferência. A primeira reunião da Comissão Nacional acontecerá em 30 de junho, conforme anunciado pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, na cerimônia realizada no Palácio do Planalto.

O evento marcou a participação do Palácio do Planalto na Semana Internacional do Meio Ambiente, e foi aberto com um vídeo institucional sobre a Rio +20 que destaca que “no Brasil o desenvolvimento sustentável frutificou”.

A própria cerimônia, entretanto, demonstrou que, na prática, não é bem assim. Entre as representantes da sociedade civil, todas mulheres, chamadas a se manifestar, Raimunda Ribeiro, catadora de lixo da Cooperativa Fênix, pediu ajuda da Presidente Dilma Rousseff para implementar a coleta seletiva de lixo no Distrito Federal. Segundo Raimunda, o uso da incineração de lixo no DF vai gerar desemprego e doença aos catadores. “Vamos respirar o lixo que produzimos todo dia”, ressaltou ela em seu breve pronunciamento.

Ambientalistas e cientistas defendem qualidade de vida

A ambientalista Maria Tereza Jorge Pádua lembrou em seu discurso que medidas de conservação não são novas no Brasil. Citando cartas régias e a proposta de criação de Parques Nacionais por André Rebouças no final do século XIX, Pádua destacou que de 1992 até agora o Brasil avançou muito na criação de áreas protegidas, inclusive pelo setor privado.

CONT.



Sem mencionar diretamente o Código Florestal, afirmou que de todas as atividades econômicas a agricultura é uma das mais dependentes do meio ambiente, tanto pela água quanto pela biodiversidade e que é fundamental buscar um equilíbrio possível, refutando a suposta incompatibilidade da conservação com a produção. Maria Tereza foi enfática ao afirmar que ambientalistas e classe científica não estão procurando benefícios próprios, mas sim defendendo a qualidade de vida.

Representando o setor empresarial, Daniela De Fiori, Vice-Presidente de Assuntos Corporativos e Sustentabilidade do Walmart Brasil ressaltou a necessidade de mudar os padrões de produção e consumo não sustentáveis, desenvolvendo oportunidades de negócios alinhados a um novo conceito de economia. Ela destacou o trabalho de entidades como Instituto Ethos e do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) como catalizadores de novos processos no mundo empresarial.

Presente à cerimônia, o Sub-Secretário-Geral para Assuntos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas (ONU), Sha Zukang reiterou a auto-imagem brasileira ao dizer que o País é fonte de inspiração e liderança na questão do desenvolvimento sustentável.

Implementação das resoluções da Rio 92 foi falha

Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente, afirmou sobre a Rio + 20 que "não se trata de olhar para o passado para rever decisões de 1992, mas sim de olhar para o futuro para implementá-las". Reafirmou o papel de liderança do Brasil, face aos enormes desafios existentes: "É preciso ser inovador, pragmático e catalisador".

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, lembrou que durante a Rio+10, realizada em Johannesburgo, na África do Sul, analisou-se que o diagnóstico que embasou as convenções da Rio 92 estava correto, mas que a implementação foi falha. "Em 2012, queremos definir coletivamente uma agenda para orientar o desenvolvimento para os próximos 20 ou 30 anos". Patriota fez um apelo aos representantes internacionais presentes ao evento para convocarem os chefes de estado para a Rio +20. "Queremos criar um ambiente propício à redução das lacunas de implementação".

A Rio +20 será o maior evento de política internacional a se realizar no mandato de Dilma Rousseff. A Presidente encerrou o evento com um discurso que arrancou aplausos da plateia, em especial na menção à questão do desmatamento, quando afirmou: "Não negociaremos, não tergiversaremos com a questão do desmatamento. Nós iremos cumprir os compromissos que assumimos e não permitiremos que haja uma volta atrás na roda da história". Dilma também associou os temas da Rio+20 com a trajetória do Brasil nesses 20 anos, mas ressaltou: "Meu governo fará todo empenho para que a Rio+20 não seja só uma autoconsciência brasileira a respeito de uma trajetória, de um compromisso, mas, também, que seja um diálogo com o futuro, no sentido de que o mundo possa traçar um caminho para os sete bilhões de humanos que vivem no planeta".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 097 / 2011

Brasília, 08 de junho de 2011.

Ainda restam muitas dúvidas sobre como vai ser a Rio+20, e se de fato haverá algum avanço concreto, mas o evento de hoje dá sinais de que pelo menos o governo brasileiro reconhece que estará na vitrine mundial entre os dias 4 e 6 de junho de 2012. Para não fazer feio, há muito a ser feito nos próximos 365 dias.



João Pedro elogia programa Brasil Sem Miséria

SÍTIO AGENCIA SENADO, 07.06.2011

Em discurso no Plenário nesta terça-feira (7), o senador João Pedro (PT-AM) destacou o lançamento, na semana passada, do programa Brasil sem Miséria. O programa tem objetivo de tirar 16,2 milhões de brasileiros da pobreza extrema.

- Quero aplaudir a presidenta Dilma Rousseff por esse programa e pela coragem de enfrentar a pobreza no Brasil - afirmou.

Para o senador, não é possível que o Brasil seja uma liderança reconhecida mundialmente, com uma grande economia, e ao mesmo tempo continue a carregar uma pobreza "histórica" que atinge milhões de brasileiros. João Pedro também pediu uma mobilização nacional para pôr fim a "essa chaga", que é a pobreza absoluta. O senador citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para lembrar que as populações mais empobrecidas estão entre negros e indígenas e pediu que os governos implantem políticas públicas de inclusão.

O parlamentar reconheceu os avanços sociais do governo do ex-presidente Lula, mas ressaltou que o Brasil Sem Miséria pode aperfeiçoar o programa Bolsa Família e avançar em termos de inclusão e distribuição de renda.

Bolsa Floresta

O senador elogiou ações previstas dentro do programa, por conta da relação com questões ecológicas, como a Bolsa Floresta e a construção de cisternas - que pode melhorar a qualidade da água de brasileiros em zona rural. A Bolsa Floresta é destinada a famílias que vivem em reservas extrativistas e unidades de conservação federais, e que realizam ações de manejo sustentável e conservação das florestas. Por esse serviço de conservação ambiental, as famílias vão receber uma bolsa do governo federal.

- O Brasil Sem Miséria merece o apoio, o aplauso e a participação desta Casa - afirmou.

Da Redação / Agência Senado



Terras de quilombolas são regularizadas

SÍTIO A VOZ DA CIDADE, 07.06.2011

RIO CLARO

As terras dos remanescentes das comunidades dos Quilombos do Alto da Serra do Mar, que fica entre Rio Claro e Angra dos Reis, serão regularizadas, segundo o ofício nº 774/2011, enviado pelo superintendente Regional do Incra no Estado do Rio de Janeiro, Gustavo Souto de Noronha, para a prefeitura. O documento comunicou ainda que será expedido o título de reconhecimento de domínio à Associação da Comunidade Remanescentes de Quilombo do Alto da Serra do Mar.

Anexado ao ofício, está o relatório técnico de identificação e delimitação do território. Além disso, foi feita a solicitação para que seja afixado na sede da prefeitura o edital de publicação, a planta cartográfica e o memorial descritivo do território, presentes no ofício.

No município de Rio Claro, a área total de direito dos quilombolas é de 211,98 hectares. A terra ainda abrange o município de Angra dos Reis, com 115,21 hectares.

COMUNIDADES

As Comunidades Remanescentes de Quilombos são organizações de pequenos agricultores rurais negros, inseridos em grupos que participam de programas de agricultura familiar. Suas origens estão nas fugas com ocupação, nas heranças, doações, recebimentos de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua abolição.



Empresa multada em R\$ 15 mi por derrame de óleo

SÍTIO DIÁRIO DO PARA, 07.06.2011

A empresa Transportes Bertolini Ltda foi multada pelo Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis) em R\$ 15 milhões por poluir com cerca de mil litros de óleo os rios Tapajós e Amazonas, em Santarém, no oeste do Pará. O vazamento do combustível ocorreu em 31 de maio, durante uma operação de manutenção no empurrador E/M Bertolini XLII, de propriedade da empresa, e provocou prejuízos ao meio ambiente e à população ribeirinha da região.

O óleo derramado, segundo laudo do Ibama, espalhou-se por uma área de 378,7 hectares ao longo dos rios. Os danos ambientais atingiram tanto as margens direitas do Tapajós e Amazonas como a várzea e o Lago Maicá, considerado de preservação ambiental pelo Ministério do Meio Ambiente. A pesca e o consumo de água das comunidades ribeirinhas de Bom Jardim e Murumurutuba também foram prejudicadas pela poluição.

O Ibama ainda considerou falho o Plano de Contingência e Emergência da empresa. De acordo com o laudo que subsidiou a aplicação da multa, o "Relatório de Ações de Resposta a Vazamento de Óleo" era pobre em informações e não descrevia de forma detalhada os procedimentos a serem adotados em casos de acidente. A Transportes Bertolini Ltda tem 20 dias para recorrer da autuação.

(Diário do Pará)